

PELA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Entre 2019 e 2023 as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para modernização e melhoria da iluminação pública fizeram com que os contratos de concessão passassem de 17 para 110 municípios brasileiros, com investimentos contratados da ordem de R\$ 22 bilhões, beneficiando assim 47 milhões de brasileiros. Neste momento, mais de 800 municípios estão estruturando projetos de PPP de iluminação pública que poderão estender o benefício a mais 67 milhões de cidadãos¹.

O avanço da modernização dos parques de iluminação pública tem contribuído diretamente para melhoria da segurança pública, da mobilidade urbana, da orientação dos cidadãos, da fluidez do tráfego e redução de acidentes, da geração de renda e inclusão social, fatores essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos.

Diante dessa realidade, a ABCIP, a ABILUX e a ABRASI entendem que a iluminação pública, em conformidade com as melhores práticas, deve contemplar a população ainda sem acesso a esse serviço. Para que isso aconteça, é fundamental a continuidade e o aprimoramento de iniciativas já em curso no país, tais como:

1. Ampliação dos programas dos Governos Federal e Estadual na capacitação e gestão de projetos para modernização da iluminação pública aos Municípios, garantindo economia aos cofres públicos por meio da redução do consumo de energia e dos custos de manutenção, contribuindo também para a diminuição das emissões de carbono;
2. Ampliação do escopo dos projetos de concessão com a incorporação de tecnologias de conectividade, geração de energia distribuída e demais serviços que compõem o conceito de cidades inteligentes, cujas sinergias proporcionam maior escala de investimentos e economicidade;
3. Aprimoramento dos instrumentos de garantia contratual das concessões, de maneira a aumentar o interesse da iniciativa privada e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais;
4. Maior celeridade nos processos de homologação de produtos, equipamentos e sistemas, diminuindo assim o tempo de disponibilização e adoção de novas tecnologias nos parques de iluminação pública;
5. Maior rigor por parte dos órgãos reguladores na fiscalização das distribuidoras de energia, de modo a garantir a efetiva aplicação das disposições das normas e regulamentos aplicáveis à iluminação pública;
6. Ação responsável por parte dos entes envolvidos na aquisição e fornecimento de produtos e serviços, observando os estudos técnicos, projetos, especificações e normas, para que sejam atingidos os resultados esperados;
7. Reativação e ampliação de centros de pesquisa e apoio à indústria brasileira de equipamentos destinados à iluminação de forma a ampliar a produtividade e competitividade do setor, bem como atrair novos investimentos para a infraestrutura brasileira.

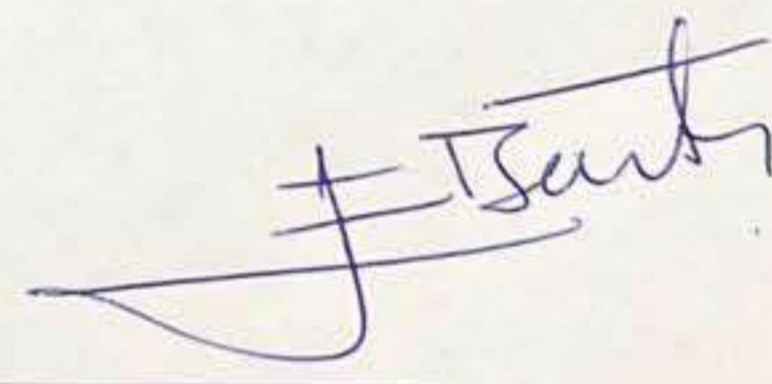
Iluminação pública de qualidade é um direito dos cidadãos brasileiros.



ABCIP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA



ABILUX
Associação Brasileira
da Indústria de Iluminação



ABRASI
associação brasileira de empresas
de serviços de iluminação urbana

¹ Recorte do Panorama da Participação Privada na Iluminação Pública produzido pela ABCIP (<https://www.associacaoabcip.com.br>) especialmente para este Fórum Nacional de Iluminação Urbana.